

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



MÚRIAS Jr., Manuel Maria (Carrazeda de Ansiães, 1900 – Lisboa, 1960)

Manuel Múrias nasceu em Carrazeda de Ansiães, no distrito de Bragança, filho de Manuel Maria Múrias, à época escrivão e tabelião da comarca, e de Emília Jesus Múrias. Ainda novo, muda-se com a família para Lisboa onde, em 1922, se licencia em Filologia Românica, na Faculdade de Letras, e envereda pela carreira docente como professor do magistério primário, ao mesmo tempo que persegue uma carreira de intervenção cívica e política. Ligado, a partir de 1922, ao Integralismo Lusitano, de cuja segunda geração faz parte, afasta-se progressivamente do movimento, desvinculando-se em 1928 em conjunto com outros jovens, como Pedro Teotónio Pereira, Rodrigues Cavalheiro ou Marcelo Caetano. Integra, já nos anos 30, o Grande Conselho do Movimento Nacional Sindicalista, mas deriva aos poucos no sentido da solução conservadora que se vai cristalizar em torno de Oliveira Salazar, fazendo parte do núcleo que decide, em 1933, abandonar os "camisas azuis" e integrar-se na União Nacional. A partir daqui será um dos apoiantes inequívocos do Estado Novo. Do novo regime dirá, em 1939, que este era a única solução que inequivocamente retomava "o sentido de *continuidade que se havia perdido, pelo regresso às permanentes da nossa atividade multissecular* [...] em vez de procurar adaptar fórmulas e normas estrangeiras" (*Portugal: Império*, 1939, pp. 15-16), perspectiva que, apesar de tudo, se mantém em linha com as propostas integralistas da juventude. Na estrutura do novo regime desempenhará, até ao final da sua carreira, uma série de importantes cargos técnicos e políticos: secretário e vogal da Junta de Educação Nacional; inspetor do ensino colonial; secretário-geral do Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo; membro da Comissão Nacional das Comemorações Centenárias; diretor do Arquivo Histórico Colonial e censor da Academia Portuguesa de História. Será também deputado à Assembleia Nacional durante quatro legislaturas, entre 1942 e 1957. Paralelamente, dirigirá ao longo da vida uma série de publicações periódicas, com destaque para *A Revolução Nacional*, *Nação Portuguesa*, *Ocidente e Acção* – onde tem as colaborações mais significativas – e para o órgão oficial da União Nacional, o *Diário da Manhã*. Colabora ainda noutras publicações, como *Bandarra*, *A Época*, *A Voz*, *Brotéria*, *Mundo Português*, *Revista do Ultramar*, *Gil Vicente*, *Revista da Cultura* ou *Pátria*.

Com exceção de dois artigos publicados na revista *Nação Portuguesa*, órgão oficial do Integralismo Lusitano ("A língua dos escritores portugueses", no primeiro número da 2.ª série, e "A língua portuguesa no Brasil", no n.º 11), *O Seiscentismo em Portugal*, que desenvolve a dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, será o seu primeiro trabalho editado em livro, em 1923, e logo com expressivo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

impacto mediático. Primeiro, espoletando uma polémica entre António Sérgio (que sobre o trabalho de Múrias publica uma crítica na revista *Lusitânia*) e António Sardinha (que responde na mesma publicação, defendendo o trabalho do jovem integralista); posteriormente, depois de uma resposta de Sérgio que é publicada na *Seara Nova* após a morte de Sardinha, será o próprio Múrias a publicar uma série de artigos atacando o seareiro na *Nação Portuguesa*, cuja direção passara a assegurar. De Sérgio diga-se, de resto, que as críticas que faz ao trabalho do jovem Manuel Múrias não eram diversas das que ele e outros intelectuais vinham fazendo ao ideário integralista em geral: um dogmatismo sustentado por um excessivo (e pouco sustentado) eruditismo; uma conceção positivista da História; um discurso contrarrevolucionário revisionista assente na apologia de um período supostamente paradigmático da história de Portugal (o século XVII); e uma atitude mental antirracionalista, assente na tradição enquanto fonte de experiência. Múrias segue estas linhas, ecoando em várias passagens (na análise à Companhia de Jesus e ao pombalismo, por exemplo) trabalhos de Sardinha e de outros integralistas. Em todo o caso, n' *O Seiscentismo em Portugal* e na polémica que o envolve surgem também, ainda que de forma algo incipiente, alguns dos principais tópicos que nortearão o pensamento histórico de Manuel Múrias, desenvolvido na segunda metade da década de 1920 e, em especial, ao longo das duas décadas seguintes. Primeiro nos *Estudos históricos*, uma série de trabalhos publicados como separatas da *Nação Portuguesa* cuja coordenação assume por sugestão de António Sardinha, em 1925 – e onde publica em nome próprio "Cultura peninsular no Renascimento" e "A política de África de El-Rei D. Sebastião". Posteriormente, em trabalhos como a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937-1940, em conjunto com António Baião e Hernâni Cidade), *Portugal: Império* (1939) e *História Breve da Colonização Portuguesa* (1940). E, já durante a década de 1940, em vários artigos publicados pela Agência Geral das Colónias, relativos à história da expansão e da colonização dos territórios ultramarinos.

Em todos estes trabalhos é perceptível a elaboração de uma teoria da história de Portugal que põe em causa a tese de uma alegada decadência seiscentista influenciada pela Inquisição, relevando, ao invés, a ideia de uma nação colonizadora. E se inicialmente há, pelo menos na aparência, uma tentativa de associação desta perspetiva universalista a uma teoria hispanista influenciada certamente por António Sardinha ("Cultura peninsular no Renascimento", *Nação Portuguesa*, 1925), a verdade é que dela em breve se afasta ("Espanha e Portugal", *id.*, 1927). Os trabalhos de Manuel Múrias, em especial a partir de meados da década de 1930, focalizam-se numa perspetiva ampla, que tenta integrar todo um eixo atlântico (Portugal, Brasil, África) numa visão teleológica, em que Portugal assume uma dimensão central enquanto nação descobridora, evangelizadora e civilizadora, que visava que a "nação se cumprisse" (*Portugal: Império*, pp. 164 e segs.). De resto, Portugal era, para Múrias, em primeiro lugar um país atlântico – ao contrário de Espanha, nação essencialmente europeia cuja propensão ultramarina teria constituído mais um aproveitamento de uma circunstância histórica específica do que uma verdadeira vocação e cujos expoentes máximos deveriam sempre algo a uma influência portuguesa (por exemplo, Colombo ou Magalhães).

Na base, o pensamento historiográfico de Manuel Múrias sustenta-se num ideário conservador e nacionalista e num discurso antimoderno, herdeiro em grande medida do seu período formativo enquanto



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

discípulo de António Sardinha e da matriz do Integralismo. Na história de Portugal, seguindo a reflexão de Jacques Maritain para França, Múrias vê três grandes momentos revolucionários após a Idade Média: a Reforma, o cartesianismo e a Revolução Francesa (*Idem*, pp. 11-13). E se para si os dois primeiros momentos não têm impacto significativo em Portugal (a Reforma, devido à ação da Inquisição e a revolução científica, devido à dinâmica neotomista e ao jesuitismo), a adoção das ideias da Revolução Francesa representará o capitular da nação face a uma influência estrangeira a que a nação resistira em diversas ocasiões (no momento da Restauração, após o pombalismo e com a vitória na Guerra Peninsular) e que se materializa no constitucionalismo monárquico e na república. Período que encara – mais uma vez em linha com a maioria dos intelectuais tradicionalistas – como de "desnacionalização" que, no seu entender, apenas começa a ser revertida a partir da segunda década do século XX por via de "meia dúzia de homens" (leia-se, a primeira geração integralista) que tenta "reaportuguesar Portugal" (*Idem*, p. 13).

A este processo de renovação seria central o uso da História, acerca do qual reflete em diferentes momentos – para Múrias, "[...] verdadeiramente, uma nação é a sua História [...] a história de uma nação é a sua *vida*; e não apenas a sua vida no passado – a sua missão: no passado, no presente, no futuro; a sua vocação." (*O Seiscentismo em Portugal*, p. 7). Mas esta visão era, em larga medida, a visão do positivismo integralista, a da História enquanto fonte de experiência, de familiarização com os problemas do presente, da ideia de que o passado "ensina a conhecer o presente e a esclarecer o futuro" e de que, pela sua observação, se extraem "as leis a que a nação, enquanto corpo social, está sujeita" (Luís Almeida Braga, "Do espírito da democracia", *Nação Portuguesa*, 1915). E se a produção historiográfica de Manuel Múrias não envereda, como sucede com outros autores tradicionalistas e monárquicos, por uma perspetiva ucrónica, não deixa ainda assim de assumir uma dimensão nacionalista, com o intuito apologético de apresentar acontecimentos e personagens do passado como modelo ("Nacionalismo e Catolicismo. Conceito de tradição", *Nação Portuguesa*, 1927). Da mesma forma, aponta a outras como alvo, patente em passagens em que é notório um antissemitismo que, não sendo central à totalidade da obra de Múrias está, pelo menos, particularmente presente em vários dos seus trabalhos (os judeus representariam uma "doença constitucional [cujo] carácter onzeneiro da raça [...] despertou a animosidade dos naturais" [*O Seiscentismo em Portugal*, p. 38]; a inquisição teria sido "resultado de antiga dissidência entre portugueses e judeus que [...] de feito de natural ostentoso e mesquinho, espezinhavam os naturais" [*idem*, p. 39]; "Ainda hoje os judeus são, como sempre foram, motivo de desordem e propulsores da desorganização social em muitos países da Europa [...] [*Portugal: Império*, p. 40]).

Em todo o caso, é de salientar que Manuel Múrias reconhece em várias ocasiões que a História nunca é isenta de intenções, que existe sempre "um motivo que arrasta o historiador, e até a própria escolha do assunto a tratar indica já uma inclinação subjetiva que aponta à demonstração de uma tese." (*O Seiscentismo em Portugal*, p. 78). No caso de Múrias, essa tese começa por ser a crise da mentalidade identificada com a crise da nacionalidade, para a qual era preciso uma "restauração cultural"; com o Estado Novo, atingida a seu ver essa "restauração" e partindo, como escreve nos anos 40 no semanário *Acção*, "da certeza de que temos

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma doutrina; e da convicção de que somos uma força", a tese passa a ser a de uma necessidade de afirmar a "especificidade nacional", nomeadamente no que diz respeito ao que via ser o papel português na expansão e transmissão de valores civilizacionais ao longo da História, espécie de missão que visava "cumprir Portugal".

Bibliografia ativa: *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, s.n., 1923; "Cultura peninsular no Renascimento", separata da *Nação Portuguesa*, Lisboa, Nação Portuguesa, 1925; "Nacionalismo e Catolicismo. Teoria do Nacionalismo Português", *Nação Portuguesa*, tomo I, n.º 5, pp. 329-343 e tomo II, n.º 10, pp. 281-292, 1927; "Nacionalismo e Catolicismo. Conceito de Tradição", *Nação Portuguesa*, tomo II, n.º 7, pp. 24-36, 1927; "Nacionalismo e Catolicismo. O génio português", *Nação Portuguesa*, tomo II, n.º 11, pp. 343-354, 1927; "Espanha e Portugal", *Nação Portuguesa*, tomo II, n.º 11, pp. 355-358, 1927; "As razões do nosso tempo", *Nação Portuguesa*, tomo II, n.º 12, pp. 409-418, 1928; *Portugal: Império*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1939; *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (com António Baião e Hernâni Cidade), 3 vols., Lisboa, Ática, 1937-1940); *História Breve da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

Bibliografia passiva: BARREIRA, Cecília, "Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da *Nação Portuguesa*, 1914-26)", *Análise Social*, n.º 72-74, 1982, pp. 1421-1429; CARVALHO, Paulo Archer de, "A insurreição dos intelectuais. Da *Nação Portuguesa* (1914-1938) ao *Integralismo Lusitano* (1932-1934)", *Revistas, Ideias e Doutrinas*. Lisboa, Presença, 2003; Idem, "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista", *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 1996, pp. 231-243; CRUZ, Manuel Braga da "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo". *Análise Social*, n.º 70, 1982, pp. 137-182; Idem, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980; FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha, "António Sérgio e os integralistas", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, 1983, pp. 427-469; OLIVEIRA, A. Paulo Dias, "Vigilância e memória: IV série da *Nação Portuguesa*", *Promontória*, n.º 9, 2011, pp. 235-254; MACEDO, Jorge Borges de, "Significado e evolução das polémicas de António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, 1983, pp. 471-532; PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis e Salazar. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, Lisboa, Edições 70, 2015; SARDINHA, António, *Ao ritmo da ampulheta: crítica & doutrina*, Lisboa, Lumen, 1925; TORGAL, L. R., CATROGA, F. e AMADO MENDES, J. M., *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

João Branco